

Xeque duplo ameaça reformas

Dificuldades políticas levam economistas a mais uma preocupação: governabilidade

ROLF KUNTZ

A política econômica está em xeque duplo, com o presidente da República forçado a negociar em duas frentes. Ele tem de enfrentar as investigações sobre o empresário Paulo César Farias, que já chegaram a seu gabinete, e de batalhar pela aprovação da reforma fiscal, seu projeto mais importante deste ano. O ministro Marcílio Marques Moreira conseguiu, até agora, manter um precário isolamento entre o dia-a-dia dos mercados e a crise política. A inflação não desandou, por falta de espaço, e o Banco Central sufocou, até a semana passada, a especulação com ouro e dólar.

O presidente Fernando Collor, porém, está diante de pressões cada vez maiores e não pode isolar-se politicamente. Toda negociação representará um custo para a política econômica. O limite crítico da barganha será a governabilidade.

Um mínimo de condições de governo poderá ser garantido pelo instinto de sobrevivência dos congressistas. Por isso, um processo aberto de hiperinflação aparece como altamente improvável na análise do especialista José Cláudio Ferreira da Silva, ex-coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Ipea e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu último estudo considera três hipóteses:

1. **Nenhum ajuste fiscal.** Neste caso, um Executivo frágil e em conflito com o Congresso não terá disposição para manter uma política de aperto. Com o afrouxamento, poderá ocorrer uma pequena recuperação, seguida de oscilações que irão desembocar numa inflação descontrolada, num cenário de risco político. (O professor da USP Eduardo Giannetti da Fonseca deu opinião semelhante, em entrevista publicada, ontem, pela revista *Veja*: "A demora da reforma fiscal pode representar um risco maior para as instituições



José Varella/AE



Confusão na área

Marcílio: esforço para isolar economia de política; Bornhausen: apenas um gesto desastrado?

do que um impeachment do presidente Collor"). A probabilidade é inferior a 5%.

2. **Ajuste fiscal parcial.** É a saída apontada como mais provável. Algo parecido com uma reforma de emergência permitiria desafogar por algum tempo as contas do governo federal. Mantida a política, a inflação poderia recuar, mas tenderia a subir de novo se a economia voltasse a crescer. Probabilidade superior a 70% é indicada como "razoável".

3. **Ajuste fiscal completo.** O Congresso aprovaria o pacote de reformas, criando as bases para um período de estabilização econômica, seguido de uma fase de recuperação da atividade e dos salários. A probabilidade é muito maior que a da primeira hipótese e bem menor que a da terceira.

Dolarização — A inflação não despencaria, no entanto, logo depois do acerto das contas públicas. Seria necessário manter uma política de aperto, com elevado custo social. A passagem seria mais fácil, segundo José Cláudio Ferreira

da Silva, se o governo dispusesse de algum instrumento auxiliar. Com boa safra, reservas cambiais perto de US\$ 20 bilhões, câmbio ajustado, economia mundial em recuperação e ajuste fiscal assegurado, uma dolarização "à brasileira" seria, de acordo com sua análise, a solução mais óbvia. Como as reservas não seriam suficientes, não haveria plena conversibilidade entre as moedas, mas o dólar poderia ser um indexador geral.

Essa política, adverte Ferreira da Silva, seria mais complicada no caso de um ajuste apenas parcial das contas públicas. Os cuidados com a política monetária teriam de ser redobrados.

Pacote completo — Pensar no passo seguinte à reforma fiscal já envolve, no entanto, algum otimismo. O coordenador do projeto da reforma, Ary Oswaldo Mattos Filho, continua trabalhando para enviar ao Congresso um pacote completo, desenhado para mexer nos impostos, na repartição de dinheiro e de encargos entre

União, Estados e Municípios, e na Previdência.

Oficialmente, a intenção é deixar ao Congresso o peso da decisão sobre o que deve ou não ser aprovado este ano. Mas funcionários do Ministério da Economia têm notado, entre líderes partidários, a disposição de aprovar apenas algumas mudanças, suficientes para dar fôlego financeiro ao governo em 1993.

Se nenhuma alteração fiscal e tributária for decidida, o orçamento para 1993 dificilmente comportará algum investimento. Neste ano o governo federal deve investir o equivalente a 4% dos orçamentos da União e da Previdência (sem contar recursos de estatais). Isso é muito pouco e mesmo esse dinheiro foi, em boa parte, pulverizado em microprojetos por parlamentares.

Para este ano já não se espera resultado melhor que o obtido até agora. As previsões da Confederação Nacional da Indústria (CNI) são de uma economia em marcha lenta, com a inflação oscilando, a curto prazo, em torno de 22%. Um grupo de professores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe) projetou para o fim do ano, em recente reunião, uma inflação mensal na altura de 18%. Mas isso depende, segundo esses economistas, de o governo aumentar sua credibilidade, levando adiante a reforma fiscal, a privatização e o acordo com os bancos credores.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem tentado cumprir essas tarefas. Falta saber se a intervenção do secretário de Governo, Jorge Bornhausen, ao falar em indexação da economia, numa palestra na CNI, na semana passada, foi apenas um gesto desastrado. Bornhausen é do PFL, como o governador Antônio Carlos Magalhães. O episódio pode ter sido um acidente. Mas dá uma ideia de como a crise política e a política econômica poderão cruzar-se, com a alta do preço do apoio ao presidente.